

tfports=

TFSports S.A.
CNPJ nº 15.030.311/0001-07

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02

[illegible]

PnD-PN = 100 x 10x7PN
(10x7PN - 10x7PN) %

Orde: PnD-PN= participação nos dividendos atribuída ao número total de ações preferenciais, excluídas as ações em tesouraria, expressa em termos percentuais; TPN = número total de ações preferenciais emitidas pela Companhia, excluídas as ações em tesouraria; e TON = número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia, excluídas as ações em tesouraria. Assim, a participação dos acionistas no lucro líquido da Companhia, excluído o lucro líquido de ações em condições e ao preço por ação equivalente a 10 (dez) vezes o preço por ação ordinária pago ao Acionista Vendedor Tag Lag; III, direito ao preço por ação equivalente a 10 (dez) vezes o preço por ação ordinária pago ao Acionista Vendedor Drog Alag, em caso de exercício da Obrigação de Venda cruzada definida e prevista no Artigo 34 deste Estatuto Social; IV, prioridade no reembolso do capital sobre as ações ordinárias para liquidação preferencial, em valor correspondente à multiplicação do capital social da Companhia pela PnD-PN. Após o reembolso prioritário do capital e o reembolso do capital das ações ordinárias, as ações preferenciais terão direito ao reembolso em valor correspondente à multiplicação do valor do ativo remanescente e por partilhado pela PnD-PN. § 4º. As ações ordinárias são conversíveis em ações preferenciais, a critério do acionista, em qualquer tempo, mediante a apresentação de uma carta de conversão, em valor correspondente ao que estejam inteiramente integralizadas. § 4º. Os pedidos de conversão de ações ordinárias em ações preferenciais deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria da Companhia e homologados na primeira reunião do Diretoria que se realizar após o recebimento da solicitação de conversão. § 5º. As ações preferenciais serão automaticamente convertidas em ações ordinárias na primeira reunião do Diretoria para liquidação preferencial, em valor correspondente à multiplicação da participação nos dividendos atribuída ao número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia, excluídas as ações em tesouraria, for inferior a 10% (dez por cento), ou seja, quando a PnD-PN (conforme §2º, III, deste art. 5º) for superior a 90% (noventa por cento). § 6º. Os direitos conferidos nos artigos I (105, II) 123, c) único, (c) e (d); II) 126, §3º; (IV) 127, §1º; e III) 128, §1º, deste Estatuto Social, relativos a ações ordinárias, não serão exercidos por acionistas que sejam titulares de determinado conjunto de ações ordinárias e preferenciais que represente porcentagem de participação nos dividendos ("PnD-Acionista") igual ao percentual de capital social, de ações com direito a voto ou de ações em circulação, conforme o caso, estabelecido em tais artigos do Lei das S.A.

$$PnD-Acionista = 100 \times \frac{(XON + 10 \times XPN)}{(TON + 10 \times TPN)} \%$$
[illegible]

$$\text{PrD-PrNs} = 100 \times \frac{10 \times \text{PrNs}}{(\text{TON} + 10 \times \text{PrNs})} \times 1\%$$

Únde: PrD-PrNs = participação nos dividendos atribuída ao número total de ações preferenciais, excluídas as ações em tesouraria, expressa em termos percentuais; TPN = número total de ações preferenciais emitidas pela Companhia, incluindo as ações preferenciais em tesouraria; 10 = número ordinárias emitidas pela Companhia em 2002, excluindo as ações ordinárias em tesouraria; II, direito de Venda Conjunta definido e previsto no Artigo 29 deste Estatuto Social nas mesmas condições e ao preço por ação equivalente a 10 (dez) vezes o preço por ação ordinária pago pelo Acionista Vendedor Drag Lion, em caso de exercício da Obrigação de Venda Conjunta definida e prevista no Artigo 34 deste Estatuto Social; IV, prioridade no reembolso de capital sobre as ações ordinárias, em caso de liquidação da Companhia, em valor correspondente à multiplicação do capital social da Companhia pela PrD-PrNs. Após o reembolso das ações ordinárias, o valor restante da Companhia será distribuído entre os acionistas em proporção ao valor correspondente à multiplicação do valor do ativo remanescente a ser partilhado pela PrD-PrNs. § 3.º As ações ordinárias são conversíveis em ações preferenciais, a critério dos respectivos titulares dessas ações, na proporção de 10 (dez) ações ordinárias para cada ação preferencial, desde que estejam integralmente integralizadas. § 4.º Os pedidos de conversão das ações ordinárias em ações preferenciais serão analisados e aprovados pela Diretoria, ou por um dos homologados na primeira reunião da Diretoria que se realizar após o recebimento da solicitação de conversão. § 5.º As ações preferenciais serão automaticamente convertidas em ações ordinárias, na proporção de 10 (dez) ações ordinárias para cada ação preferencial, quando ocorrer a conversão voluntária das ações ordinárias em ações ordinárias emitidas pela Companhia, excluídas as ações em tesouraria, inferior a 10% (dez por cento), ou seja, quando a PrD-PrNs (conforme §2.º, III, deste art. 5.º) for superior a 90% (noventa por cento). § 6.º Os direitos conferidos nos artigos (I) 105, (II) 123, § único, (C) e (d); (III) 126, § 3.º; (IV) 141, *caput* e 4.º; (V) 157, § 1.º; (VI) 159, 84.º; (VII) 160, 1.º e 2.º, e (VIII) 161, 1.º e 2.º, não serão exercidos em favor das ações ordinárias e preferenciais que represente participação de participação nos dividendos ("PrD-Acionistas") igual ao percentual de capital social, das ações com direito a voto ou de ações em circulação, com exceção do estabelecido em tais artigos da Lei das S.A. A PrD-Acionista será determinada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

PnD-Acionista = 100 x (XON + 10xTPN)
(TON + 10xTPN)

Onde: PnD-Acionistas = participação nos dividendos de determinado conjunto de ações ordinárias e preferenciais, expressa em percentuais; XON = número de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos acionistas que pretendam perfarçar os quóruns aplicáveis; XPN = número de ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pelos acionistas que pretendam perfarçar os quóruns aplicáveis; TON = número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia, excluídas as ações ordinárias em tesouraria; e TPN = número total de ações preferenciais emitidas pela Companhia, excluídas as ações preferenciais em tesouraria.

Conveniente (iii) para pessoas jurídicas, físicas ou jurídicas, inscritas no CNPJ, que tenham adquirido, por meio da emissão da Companhia e não ocorrer o evento de conversão automática das ações preferenciais em ações ordinárias previsto no § 5º acima, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão convertidas automaticamente em ações preferenciais, na proporção de 10 (dez) ações ordinárias para cada ação preferencial, caso sejam transferidas para terceiros, com exceção de Transferências Permitidas. Para fins deste Estatuto Social, o termo "Transferências Permitidas" compreende (i) para pessoas jurídicas, fiscais ou jurídicas, inscritas no CNPJ, a transferência de ações ordinárias e/ou para pessoas jurídicas, no Brasil ou no exterior, cujo capital seja integralmente detido pelos acionistas e/ou seus herdeiros e/ou cônjuge e/ou companheiro(a); (ii) para pessoas jurídicas, físicas ou fundações vinculadas a estrutura de trust instituída pelo acionista e que tenha como beneficiários a acionista e/ou os seus herdeiros e/ou cônjuge e/ou companheiro(a), desde que tais pessoas jurídicas ou fundações não estejam sujeitas a curadoria de qualquer órgão governamental; (iii) para pessoas jurídicas, físicas ou jurídicas, inscritas no CNPJ, a estrutura de trust instituída pelo acionista e/ou seus herdeiros para fins de beneficência ou assistências ou fins de planejamento sucessório, conforme item (ii) acima, desde que tais pessoas jurídicas ou fundações não estejam sujeitas a curadoria de qualquer órgão governamental; (iv) em decorrência da transferência exclusiva dos direitos políticos das ações ordinárias a um curador ou usufrutuário por meio de instrumento de curatela ou testamento; ou (v) para outro acionista detentor de ações ordinárias. § 8º. Os atos praticados em virtude de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia para outra pessoa física ou jurídica, sobscritora de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A. e observado o prazo fixado pela Assembleia Geral, não inferior a 30 (trinta) dias. § 9º. Do total de 76.384.000 (setenta e seis milhões, trezentas e oitenta e quatro mil) ações ordinárias, 17.133.708 (dezanove milhões, cento e trinta e três mil setecentos e oito) ações ordinárias deverão ser integralizadas até 30/06/2026, estando as demais ações ordinárias em circulação em caráter de reserva. O valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º a 6º do artigo 45 da Lei S.A., sempre que tal valor inferior ao valor patrimonial líquido disponível imediatamente anterior à convocação da Assembleia Geral.

Organização: Artigo 7º. A Assembleia Geral será convocada e instalada conforme previsto na Lei das S.A. e no Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, no dia 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem. § 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor-Presidente ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando autorizado, mediante aprovação prévia da Assembleia Geral. Quando convocada pelo Diretor-Presidente, no ato da convocação, além do anúncio do assunto a ser tratado, deverá constar, no teor da convocatória, a seguinte expressão: "A Assembleia Geral será tomada por maioria dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Artigo 9. Parágrafo Único, deste Estatuto Social. § 3º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, aprovado pelo Conselho Fiscal, e sobre assuntos relativos às atividades administrativas e financeiras da Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas. Artigo 8º. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor-Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro diretor ou acionista indicado por escrito pelo Diretor-Presidente. O Presidente da Assembleia Geral nomeará até 2 (dois) secretários. Seção II - Das Atividades Administrativas e Financeiras. Capítulo I - Da Administração. Seção I - Dos Administradores. Artigo 1º. Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras; II. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Diretoria, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; III. eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado; IV. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; V. aprovar o balanço financeiro e o balanço patrimonial da Companhia e o relatório de gestão elaborado pelos administradores, franqueados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas; VI. alterar o Estatuto Social; VII. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na

[illegible][illegible][illegible]

São Paulo, 18 de novembro de 2025

RIO ALTO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ/ME nº 38.199.406/0001-18 - NIRE 35.300.558/502

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, EM DUAS SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA SÉRIE COMPOSTA POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A SEGUNDA SÉRIE COMPOSTA POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA RIO ALTO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

No Resolução da Lei 6.404/15 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e nos termos do CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DIGITAL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF" sob nº 22.110.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da Primeira Emissão De Debêntures, Em Duas Séries, Sobre A Primeira Série Composta Por Debêntures Conversíveis Em Ações, a Segunda Série Composta Por Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Para Distribuição Global Com Esforços Restritos, da RIO ALTO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. ("Debenturistas", "Emissora" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (I) da conversão da Medida Cautelar Antecedente de nº 102442-42/2025.8.26.0100, que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("Medida Cautelar" e "Vara Empresarial", respectivamente) em Pedido de Homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial em 15 de julho de 2024 ("PRE"), e (II) da aprovação da Proposta Strivo e do Plano de Recuperação Extrajudicial, S.A., aprovada em 10 de janeiro de 2025 ("PRE" e "Plano de Recuperação", respectivamente), necessário para o pagamento dos credores e pleno cumprimento dos planos de recuperação extrajudicial submetidos a homologação ("Proposta Strivo"), aceita pela companhia segundo informado no PRE; vem **CONVOCAR** os Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série a se reunirem em **PRIMEIRA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), se realizará em 10 de dezembro de 2025, às 16h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e Fiadores ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Deliberar sobre a eventual adesão do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunidade dos Debenturistas da Emissão, aos termos da Proposta Strivo e ao PRE da Emissora, submetidos ao juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para homologação, e seus posteriores e eventuais aditamentos, para recebimento do crédito decorrente da Escritura de Emissão na forma ali prevista, e, conseqüentemente, a autorização para que o Agente Fiduciário e o Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes contratado pelo Agente Fiduciário para representação da comunidade de Debenturistas ("Assessor Legal"), pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à implementação do plano de recuperação da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a obtenção de créditos e demais direitos decorrentes; (ii) Deliberar sobre a eventual renúncia condicionada de determinadas garantias da Emissão e de outros possíveis direitos dos Debenturistas, caso necessário, na forma do PRE, para viabilizar a adesão dos Debenturistas ao PRE e concordância com a Proposta Strivo, sendo certo que tal renúncia só produzirá efeitos mediante verificação das demais condições precedentes constantes do PRE, se e conforme aprovado nesta AGD; (iii) Deliberar sobre a celebração de eventual aditamento à Escritura de Emissão e demais documentos e contratos vinculados à Escritura de Emissão, a fim de neles refletir as condições de pagamento e demais obrigações atinentes às Debêntures repactuadas nos termos do PRE e da Proposta Strivo, e/ou de quaisquer outros contratos definitivos que sejam necessários, incluindo, sem limitação, o contrato de compra e venda das Debêntures, contratos de *caveat escrow*, contratos de garantia, aditamento a instrumentos de dívida e/ou de garantias, conforme necessário para fins de formalização do negócio jurídico objeto do PRE; (iv) Deliberar sobre a prática de atos de cunho estratégico para recuperação do crédito pelo Assessor Legal e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, para proteção dos interesses dos Debenturistas no PRE ou qualquer processo relacionado, inclusive recursos; e (v) Deliberar sobre a realização de aporte de recursos para a Emissão, até o valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para suprir os custos de despesas no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, os honorários e despesas do Assessor Legal e do Agente Fiduciário, para a realização, sendo de Despesas, de todos os atos necessários para a implementação do PRE aprovado pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 10 de janeiro de 2025 ("Aporte de Recursos"). Em caso de aprovação da matéria da Ordem do Dia acima, a Emissora e o Agente Fiduciário estarão automaticamente autorizados a praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas no AGD. **Informações Gerais:** 1. Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão, com antecedência de até (dois) (2) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, enviar os documentos comprobatórios da sua representação para o Agente Fiduciário através dos e-mails agente.fiduciario@vortex.com.br e claims@vortex.com.br, identificando no título a operação (AGD | RIO ALTO), manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). 2. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar ao Agente Fiduciário (I) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador: Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenha o foto de seu titular; e (II) caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia do instrumento de procuração, devidamente registrado no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso); (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) compareça à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo aditada a assinatura digital. 4. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos Debenturistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. 5. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão do conteúdo da outorga, e a identificação do outorgado, com o número de registro no Conselho Nacional do Notário de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. 6. Validade a sua autenticidade e a regularidade dos documentos após o Cadastro, o Debenturista poderá receber, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD, as instruções para acessar a Plataforma Digital. 7. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário, através dos e-mails claims@vortex.com.br. 8. Será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. 9. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br) na rede mundial de computadores e foi publicado observando-se as condições previstas no artigo 9.3 e 9.5, da Escritura de Emissão. 10. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 19 de novembro de 2025.